



DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL 089/2025

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAMAP, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.950/2011, Lei Municipal nº 1.947/2011, Lei Municipal 1.948/2011; fundamentadas nos artigos 23, III, VI, e VII e artigo 225 da Constituição Federal; Lei Complementar 140/2011; art. 6º e 9º da Lei Federal nº 6.938 de 31/08/81; Lei Estadual nº 14.675/09; Lei Federal nº 12.651/12; Resolução CONSEMA 251/2024; e Termo de Delegação de Atribuições para Gestão Florestal Compartilhada; certifica para os devidos fins que:

Nome: MUNICÍPIO DE PORTO BELO	CNPJ/CPF: 82.575.812/0001-20
Endereço: Estrada Geral do Sertão do Valongo	Bairro: Sertão do Valongo
<p>Conforme solicitação protocolada nesta Fundação sob o protocolo IPM 14193/2025, em 01/12/2025, informamos que a atividade de “Pavimentação – Estrada Geral do Sertão do Valongo”, não integra a Listagem das Atividades Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental, conforme Resolução CONSEMA 250/2024 e 251/2024 e Lei Municipal 2.705/2018, portanto não estando sujeita ao licenciamento ambiental. Esta certidão está vinculada à exatidão das informações prestadas pelo requerente, conforme documentos e/ ou projetos.</p> <p>Esta declaração autoriza a atividade acima mencionada, não sendo permitida sua utilização após o termino da data de validade.</p> <p>Todos os resíduos passíveis de reciclagem deveram ser separados e encaminhado para coleta seletiva. Todos os resíduos orgânicos deveram ser colocados em lixeiras específicas e encaminhos para coleta pública municipal.</p> <p>Esta autorização poderá ser cancelada pela Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAMAP caso sejam constatadas irregularidades, ou a falta de veracidade de qualquer informação acima mencionada, ou atuação em desacordo com a Legislação Ambiental em vigor, e não exime o empreendedor e/ou responsável da obtenção de alvarás e/ou licenças de outros órgãos ou entidades pertinentes. Este documento NÃO autoriza supressão de vegetação nativa. Caso ocorra, configura crime ambiental, passível de responsabilização penal, civil e administrativa, de acordo com a Lei Federal n. 9605/1998. Esta autorização poderá ser cancelada caso sejam constatadas irregularidades, ou a falta de veracidade de qualquer informação acima mencionada, ou atuação em desacordo com a Legislação Ambiental em Vigor. NÃO estão autorizadas quaisquer intervenções em Área de Preservação Permanente – APP, conforme legislação federal nº 12.651/2012. Caso necessária intervenção, esta só será possível através de decreto de utilidade pública.</p>	
RESPEITAR A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL EM VIGOR.	
Validade 12 meses	

Porto Belo, 12 de dezembro de 2025

Lorena Serpa
Diretora de Licenciamento
Fundação Municipal do Meio Ambiente de Porto Belo